



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
DE
PAMPILHOSA DA SERRA

ATA Nº 20

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 09/10/2012
(Contém folhas)

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente:	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
Vereador:	Jorge Alves Custódio	(PSD)
Vereador:	Luís de Almeida Gonçalves	(PS)
Vereador:	João dos Santos Alves	(PSD)
Vereador:	Gonçalo Barateiro Diogo	(PS)

Faltaram os seguintes membros:

Presidente:
Vereador:



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO DE 09/10/2012

ATA Nº 20

----- Aos nove dias do mês de outubro do ano dois mil e doze, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho, Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores Jorge Alves Custódio, Luís de Almeida Gonçalves, João dos Santos Alves e Gonçalo Barateiro Diogo. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olimpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A ata da reunião ordinária do dia 25 de setembro de 2012 foi aprovada por unanimidade. -----

1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE E DOS SENHORES VEREADORES

1.1 - Inauguração do Villa Pampilhosa Hotel

----- O Sr. Presidente informou o restante Executivo, que a Inauguração do Villa Pampilhosa Hotel terá lugar no dia 9 de novembro, pelas 11:30 horas, nas instalações do Hotel. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

2 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

2.1 - SECÇÃO FINANCEIRA

2.1.1 - 6ª Alteração do Orçamento e Grandes Opções do Plano 2012

----- Foi presente a 6ª Alteração do Orçamento e Grandes Opções do Plano 2012, no valor de 212.000,00 € a débito e a crédito e uma diminuição de 60. 000,00 €, nas Grandes Opções do Plano. -----

----- A Câmara Municipal, após análise dos documentos, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

2.1.2 - Protocolo de Divisão de Energia Eólica

----- Foi presente a Informação nº 019 do Serviço de Contabilidade, do seguinte teor: ---

----- “ Após análise dos mapas de apuramento das contas relativas ao Protocolo de Divisão da Energia Eólica Produzida nos Limites dos Concelhos de Pampilhosa da Serra e Góis, informo V.Exª dos valores apurados referentes ao 1º Semestre de 2012: -----

----- - Parque Eólico Pampilhosa da Serra: 43 346,81€; -----

----- - Parque Eólico Malhadas Góis: 9 119,08€; -----

----- - Parque Eólico Cadafaz: (16 901,42€). -----

----- Valor a transferir para o Município de Góis – 35 564,47€. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

2.1.3 - Protocolo de Colaboração

- Junta de Freguesia de Pessegueiro

----- Foi presente um Protocolo de Colaboração, a celebrar entre o Município de Pampilhosa da Serra e a Freguesia de Pessegueiro, para atribuição de um subsídio no



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

valor de 15.000,00 € (Quinze mil Euros) por forma a apoiar as obras de conservação e de adaptação no edifício sede da mesma, com vista à substituição do respetivo telhado e adaptação de local para apoiar os serviços de apoio domiciliários à população da freguesia. -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

3 - DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO

3.1 - OBRAS PÚBLICAS

3.1.1 - Receção definitiva e libertação de cauções

- Empreitada: Parque de Merendas no Esteiro - 1ª Fase

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- " Em 28/09/2012 foi efetuada vistoria aos trabalhos abrangidos pela empreitada em epígrafe. -----

----- Conforme consta do auto de vistoria anexo, não foram detetadas quaisquer anomalias pelo que os trabalhos poderão ser rececionados definitivamente. -----

----- Para cumprimento do contrato inicial e para reforço de garantia foi prestada a garantia autónoma nº 2006.00526 emitida pela Garval - Sociedade de Garantia Mútua, S.A., no valor de 3.400,00 €. -----

----- Nestes termos e tendo em consideração o atrás referido, entende-se que estão reunidas as condições necessárias, podendo ser homologado o auto de receção anexo e libertada a referida garantia. À consideração superior". -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

3.1.2 - Reparação da Estrada Municipal entre Vidual de Cima e Cabril_Liberação de Caução

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- “ Tendo em consideração o concurso público para execução da empreitada “Reparação da Estrada Municipal entre Vidual de Cima e Cabril”, a firma Socongo, Sociedade de Construções Gouveias, Lda, apresentou em 07/09/2012 um pedido de liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município. -----

----- O pedido foi formulado ao abrigo do disposto no Decreto Lei nº 190/2012 de 22 de agosto. -

----- Nos termos e para os efeitos do nº 2 do artigo 4º do Decreto Lei nº 190/2012 de 22 de agosto foi efetuada vistoria no dia 04 de outubro de 2012 no local da empreitada, com a presença do representante do adjudicatário, Olímpio Elísio da Assunção Gouveia. -----

----- Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzido, não tendo sido verificada qualquer anomalia nos trabalhos efetuados na empreitada. -

----- Assim e atento ao atrás exposto, entende-se que estão verificadas as condições previstas no nº 5 do artigo 3º do Decreto lei nº 190/2012 de 22 de agosto, para serem libertados 90% do valor das garantias existentes nos termos do disposto no nº 2 e nº 3 do artigo 3º do mesmo diploma legal.

----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita, propondo-se a libertação da garantia bancária nº D000016755 emitida pelo Banco Popular, S.A em 06/06/2007, no montante de 6.294,50 € e a redução do montante do Certificado de Seguro de Caução nº P3840/00/41/2008/950215 emitido pela companhia de Seguros ASEFA, S.A Seguros Y Reaseguros em 16/07/2008 de 5.744,84 € para 1.203,93 €. À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

3.1.3 - Reparação da Estrada Municipal entre Vidual de Cima e Cabril Revisão de preços provisória - 2ª situação - Definitiva

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- “ A empresa Socongo, sociedade de Construções Gouveias, Lda apresentou em 17/04/2008 o cálculo da revisão de preços provisória - 1ª situação, referente à empreitada em epígrafe. -----

----- Após análise dos elementos apresentados, constata-se que a adjudicatária efetuou o cálculo apurando um valor total de 5.168,42 €. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Tendo em consideração os elementos apresentados, nomeadamente a fórmula prevista no caderno de encargos e de acordo com os coeficientes definitivos até dezembro de 2007, entendeu-se o seguinte: -----

- 1) A revisão deverá ser efetuada de acordo com a faturação efetuada; -----
----- 2) A fórmula a aplicar deverá ser a prevista no caderno de encargos; -----
----- 3) O mês de referência é Janeiro de 2007; -----
----- 4) Os coeficientes a utilizar serão definitivos até ao mês de dezembro de 2007 e provisórios em janeiro, fevereiro e março de 2008; -----
----- 5) os valores a considerar em cada mês para revisão são os constantes no mapa de cálculo anexo; -----

----- Assim e tendo em consideração os factos atrás mencionados, tal como se verifica no mapa de cálculo anexo, que aqui se dá por integralmente reproduzido, apurou-se um valor provisório de revisão de 6.204,11 €, tendo o mesmo sido faturado e pago pelo Município. -----

----- Em 08/10/2012 foi efetuado o cálculo definitivo da revisão de preços, tendo sido apurado um valor total de 6.149,13 €. -----

----- Nestes termos, entende-se que o empreiteiro deverá ser notificado para proceder ao pagamento de 54,98 €, acrescido de IVA à taxa de 6%, perfazendo o montante final de 58,28 €. À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

3.1.4 - Reparação da Estrada Municipal entre Vidual de Cima e a Casa do Guarda_Liberação de caução

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- " Tendo em consideração o concurso público para execução da empreitada "Reparação da Estrada Municipal entre Vidual de Cima e a Casa do Guarda", a firma Socongo, Sociedade de Construções Gouveias, Lda, apresentou em 07/09/2012 um pedido de liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município. -----

----- O pedido foi formulado ao abrigo do disposto no Decreto Lei nº 190/2012 de 22 de agosto. -

----- Nos termos e para os efeitos do nº2 do artigo 4º do Decreto Lei nº 190/2012 de 22 de agosto foi efetuada vistoria no dia 04 de outubro de 2012 no local da empreitada, com a presença do representante do adjudicatário, Olímpio Elísio da Assunção Gouveia. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzido, não tendo sido verificada qualquer anomalia nos trabalhos efetuados na empreitada. -

----- Assim e atento ao atrás exposto, entende-se que estão verificadas as condições previstas no nº 5 do artigo 3º do Decreto lei nº 190/2012 de 22 de agosto, para serem libertados 90% do valor das garantias existentes nos termos do disposto no nº 2 e nº 3 do artigo 3º do mesmo diploma legal.

----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita, propondo-se a libertação da garantia bancária nº D000016756 emitida pelo Banco Popular, S.A em 06/06/2007, no montante de 4.335,71 € e a redução do montante do Certificado de Seguro de Caução nº P3840/00/41/2008/950213 emitido pela companhia de Seguros ASEFA, S.A Seguros Y Reaseguros em 16/07/2008 de 4.585,24 € para 917,04 €. À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

3.1.5 - Reparação da Estrada Municipal entre Vidual de Cima e a Casa do Guarda **- Revisão de preços provisória - 2ª situação - definitiva**

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ---

----- " A empresa Socongo, sociedade de Construções Gouveias, Lda apresentou em 17/04/2008 o cálculo da revisão de preços provisória - 1ª situação, referente à empreitada em epígrafe. -----

----- Após análise dos elementos apresentados, constata-se que a adjudicatária efetuou o cálculo apurando um valor total de 3.924,86 €. -----

----- Tendo em consideração os elementos do concurso, nomeadamente a fórmula prevista no caderno de encargos e de acordo com os coeficientes definitivos até Dezembro de 2007, entendeu-se o seguinte: -----

----- 1) A revisão deverá ser efetuada de acordo com a faturação efetuada; -----

----- 2) A fórmula a aplicar deverá ser a prevista no caderno de encargos; -----

----- 3) O mês de referência é janeiro de 2007; -----

----- 4) Os coeficientes a utilizar serão definitivos até ao mês de dezembro de 2007 e provisórios em janeiro, fevereiro e março de 2008; -----

----- 5) Os valores a considerar em cada mês para revisão são os constantes no mapa de cálculo anexo; -----

----- Assim e tendo em consideração os factos atrás mencionados, tal como se verifica no mapa de cálculo anexo, que aqui se dá por integralmente reproduzido, apurou-se um valor provisório de revisão de 4.990,58 €, tendo o mesmo sido faturado e pago pelo Município. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Em 08/10/2012 foi efetuado o cálculo definitivo da revisão de preços, tendo sido apurado um valor total de 4.970,95 €. -----

----- Nestes termos, entende-se que o empreiteiro deverá ser notificado para proceder ao pagamento de 19,63 €, acrescido de IVA à taxa de 6%, perfazendo o montante final de 20,81 €. À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

3.1.6 – Campo de Jogos de Pampilhosa da Serra

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- “Tendo em consideração o concurso público para execução da empreitada “Campo de Jogos de Pampilhosa da Serra”, a firma Oliveiras, S.A, apresentou em 06/09/2012 um pedido de liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município. -----

----- O pedido foi formulado ao abrigo do disposto no Decreto Lei nº 190/2012 de 22 de agosto. -

----- Nos termos e para os efeitos do nº 2 do artigo 4º do Decreto lei nº 190/2012 de 22 de agosto foi efetuada vistoria no dia 03 de outubro de 2012 pelas 10 horas no local da empreitada, com a presença do representante do adjudicatário, Engº Carlos António da Silva Simões. -----

----- Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzido, tendo sido elencado um vasto conjunto de anomalias/deficiências. -----

----- De salientar que o Município já por diversas vezes tinha comunicado as anomalias ao empreiteiro e notificado o mesmo para proceder à sua reparação/correção. -----

----- De igual modo se verifica que o Município, face à recusa sistemática do empreiteiro em proceder à correção/reparação das anomalias deliberou em reunião ordinária de 28/08/2012 acionar as garantias existentes para efetuar tais correções/reparações. -----

----- Assim e atento ao atrás exposto, entende-se que não estão verificadas as condições previstas no nº 5 do artigo 3º do Decreto Lei nº 190/2012 de 22 de agosto e que à data do pedido de liberação, o Município já tinha deliberado acionar as garantias existentes. -----

----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro não reúne condições para ser satisfeita, não sendo possível liberar qualquer garantia relativa à empreitada em epígrafe. À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

unanimidade aprovar e proceder de acordo com o teor da informação dos Serviços Técnicos de Obras. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

4 - DIVISÃO SÓCIO-CULTURAL E EDUCATIVA

4.1 - EDUCAÇÃO

4.1.1 - Agrupamento de Escolas de Pampilhosa da Serra - Escalada - Protocolo de Colaboração

----- Foi presente uma Informação do Serviço de Educação, do seguinte teor: -----

----- “ Tendo em conta o Protocolo de Colaboração realizado entre o Município de Pampilhosa da Serra e o Agrupamento de Escolas de Pampilhosa da Serra – Escalada, aprovado em reunião de Câmara, realizada em 10/01/2006, e tendo por base a candidatura a apresentar pelo Município à Direção Regional de Educação do Centro, no âmbito do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do 1º Ciclo para o Ano Letivo de 2012/2013, há necessidade de incluir no referido Protocolo os dados constantes na 7ª Adenda, que junto se remete a V.Exº para análise e aprovação do Executivo Camarário. -----

----- 7ª Adenda ao Anexo I do Protocolo de Colaboração, Celebrado em 10/01/2006, entre o Município de Pampilhosa da Serra e o Agrupamento de Escolas de Pampilhosa da Serra – Ano Letivo de 2012 / 2013

1. A EB1 – Pampilhosa da Serra, sita na localidade e freguesia e concelho de Pampilhosa da Serra. -----
2. As refeições serão servidas no Refeitório do Agrupamento de Escolas de Pampilhosa da Serra – Escalada, durante o período e ano letivo, entre as 12:30 horas e as 13:30 horas. -----
3. O equipamento e meios usados no fornecimento das refeições são propriedade do Segundo Outorgante. -----
4. O número de refeições a fornecer no ano letivo de 2012 / 2013 aos alunos do 1º Ciclo – Pampilhosa da Serra é de cinquenta e seis, considerando que são cinquenta e seis os alunos que frequentam aquela escola e que não têm acesso a refeições escolares. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

No caso de alteração, em anos letivos subsequentes, do número de alunos referidos nos números anteriores e, conseqüentemente, do número de refeições a fornecer, a presente Cláusula será objeto de alteração, formalizada através de adenda ao presente Protocolo. (Local, data, assinaturas)" -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar.---

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

4.1.2 – Protocolo de fornecimento de refeições – Alunos do Pré-escolar

----- Foi presente uma Informação dos Serviços de Educação, do seguinte teor: -----

----- “Relativamente aos alunos do Pré-Escolar, é do conhecimento de V.Exª, que também estão a usufruir de refeições escolares na escola sede do agrupamento, assim há necessidade de elaborar novo Protocolo para o Ano Letivo de 2012 / 2013. -----

----- No entanto, verifica-se que neste ano letivo as refeições passam a ser fornecidas pela empresa ITAU – Instituto Técnico de Alimentação Humana, S.A., empresa contratada pela Direção Regional de Educação do Centro. -----

----- Face ao exposto, proponho a V.Exª elaboração de novo Protocolo para o referido ano letivo, produzindo efeitos a partir de 17 de setembro de 2012, data em que esta iniciou o fornecimento das refeições. À consideração superior.”-----

----- Seguidamente a Câmara Municipal tomou conhecimento do conteúdo do Protocolo em apreço e, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar.-----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

4.1.3 – Associação de Solidariedade Social de Dornelas do Zêzere - Protocolo de Colaboração

----- Foi presente uma informação do Serviço de Educação, do seguinte teor: -----

----- “Tendo em conta o disposto no Protocolo de Colaboração celebrado entre o Município de Pampilhosa da Serra e Associação de Solidariedade Social de Dornelas do Zêzere, realizada em 31/08/2012 para os efeitos no disposto na sua cláusula segunda, que refere: -----

----- “CLÁUSULA SEGUNDA -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- O preço a pagar pelo PRIMEIRO OUTORGANTE à SEGUNDA, pelo transporte e fornecimento das refeições a que a alude a cláusula antecedente, será acordado anualmente entre ambas as partes, de acordo com os pressupostos, número de refeições e número de km, conforme consta em anexo ao Protocolo (Anexo II)."

----- Sugere-se que seja aditado ao mesmo Protocolo um seu Anexo IV e V, com os seguintes conteúdos, respetivamente: -----

----- ANEXO VI - Encargos Anuais -----

----- 1. Para o ano letivo de 2012/2013 são fixados os seguintes valores: -----

----- a) O valor de 3€ por refeição (à razão de 50 refeições diárias) -----

----- b) O valor de 0,50€ por km (à razão de 180 km diários) -----

----- c) Acrescido do valor de 2 200,00 € com custas de estrutura. -----

----- d) Até 5 000,00€, de acordo com os valores inscritos nas alíneas a) e b), destinados para programas de atividades não curriculares e ou outras destinadas à comunidade educativa sempre que solicitadas pelo 1º outorgante. -----

----- 2. O valor a pagar pelo PRIMEIRO OUTORGANTE à SEGUNDA no ano letivo de 2012/2013 até dezembro de 2012 será de 30 000,00 € (Isento de IVA ao abrigo do nº 7, do artº 9º do Código do IVA), correspondente a 7 500,00 €/mensal. -----

----- 3. O pagamento referente ao ponto anterior será efetuado pelo PRIMEIRO OUTORGANTE, no prazo de dez dias, após emissão de fatura pela SEGUNDA OUTORGANTE, conferida que esteja por parte dos Serviços do PRIMEIRO OUTORGANTE e de acordo com os mapas enviados pela SEGUNDA, referentes aos serviços prestados. -----

----- Até final de dezembro de 2012, haverá lugar à conferência de valores e respetivos acertos, tendo em conta o disposto no número dois do presente anexo."

----- ANEXO VII -----

----- Para o ano letivo de 2012/2013 estabelece-se que: -----

----- 1. As refeições serão servidas no Centro Educativo de Dornelas do Zêzere, propriedade do Primeiro Outorgante, durante o período e ano letivo, entre as 12:00 e as 13:00 horas. -----

----- 2. Os equipamentos usados no fornecimento das refeições são propriedade do Primeiro Outorgante. -----

----- 3. Os meios usados no fornecimento das refeições são propriedade da Segunda Outorgante. -----

----- 4. O número de refeições a fornecer no ano letivo de 2012/2013 aos alunos do 1º Ciclo que frequentam o Centro Educativo de Dornelas do Zêzere é de 38. -----

----- 5. A Segunda Outorgante compromete-se a enviar os mapas referidos no ponto 3 do Anexo II, tendo por referência o fornecimento de refeições referidas no número anterior."

----- Passando o mesmo a fazer parte integrante do Protocolo de Colaboração supra identificado, após aprovação do Executivo Camarário e assinatura pelos legais representantes dos dois Outorgantes. À consideração superior."



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

- ANEXO VI – Encargos Anuais -----
- 1. Para o ano letivo de 2012/2013 são fixados os seguintes valores: -----
- a) O valor de 3 € por refeição (à razão de 50 refeições diárias) -----
- b) O valor de 0,50 € por km (à razão de 180 km diários) -----
- c) Acrescido do valor de 2 200,00 € com custas de estrutura. -----
- d) Até 5 000,00 €, de acordo com os valores inscritos nas alíneas a) e b), destinados para programas de atividades não curriculares e/ou outras destinadas à comunidade educativa sempre que solicitadas pelo 1º outorgante. -----
- 2. O valor a pagar pelo PRIMEIRO OUTORGANTE à SEGUNDA no ano letivo de 2012/2013 até dezembro de 2012 será de 30 000,00 € (Isento de IVA ao abrigo do nº 7, do artº 9º do Código do IVA), correspondente a 7 500,00 €/mensal. O valor ora acordado tem cabimento na rubrica orçamental _____ GOP's _____. -----
- 3. O pagamento referente ao ponto anterior será efetuado pelo PRIMEIRO OUTORGANTE, no prazo de dez dias, após emissão de fatura pela SEGUNDA OUTORGANTE, conferida que esteja por parte dos Serviços do PRIMEIRO OUTORGANTE e de acordo com os mapas enviados pela SEGUNDA, referentes aos serviços prestados. -----
- 4. Até final de dezembro de 2012 haverá lugar à conferência de valores e respetivos acertos, tendo em conta o disposto no número dois do presente anexo." -----
- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. --
- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

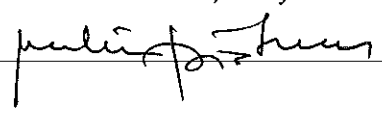
OUTROS ASSUNTOS

- O Sr. Vereador Luís Gonçalves usou da palavra para referir que, face às novas medidas do Governo no que ao IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis diz respeito, é de toda a conveniência que as Freguesias, através dos Pontos +, estejam preparadas para esclarecer as pessoas, dado que se trata de uma matéria complexa e ainda com algumas indefinições quanto a procedimentos, pelo que muitas pessoas poderão vir a ser prejudicadas. -----
- O Sr. Presidente da Câmara concordou com a observação feita pelo Sr. Vereador Luís Gonçalves e referiu que a Câmara Municipal está atenta e que envidará os meios necessários ao esclarecimento das pessoas sobre essa matéria. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

ENCERRAMENTO

----- Não havendo outros assuntos a tratar, foi declarada encerrada a reunião, eram onze horas, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim, , que a subscrevi. -----

